



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
Instituída pela Lei nº 10.425, de 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
COORDENADORIA DE MATEMÁTICA – COMAT

CURSO: Matemática

Grau Acadêmico: Licenciatura

Turno: Noturno

Currículo: 2019

Unidade curricular: Seminários de Prática Pedagógica

Natureza: Obrigatória

Unidade Acadêmica:
DEMAT

Período: 2º

Carga Horária:

Total: 33h/ 36 há

Teórica: --

Prática: 33h/ 36 ha

Pré-requisito: Não há

Correquisito: Não há

Docente Responsável: Viviane Cristina Almada de Oliveira

EMENTA

Educação para as Relações étnico raciais; Ensino de história e cultura afro brasileira, africana e indígena; Políticas de Educação Ambiental; Educação matemática inclusiva: discussão acerca do que é deficiência e de como foi abordada ao longo do tempo; Significados da inclusão de pessoas com deficiência; Perspectivas da inclusão escolar e da adaptação curricular; O papel do intérprete de Libras; Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos pedagógicos, filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental ecológicos, psicológicos, linguísticos, sociológicos, políticos, econômicos, culturais; Educação e cultura escolar brasileiras; valores estéticos, políticos e éticos na atual LDB; a formação e o exercício profissional do educador matemático; Fundamentos históricos, filosóficos, sociais e políticos das tendências pedagógicas na educação matemática.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- 1) SEMINÁRIO 1: **Experimentações matemáticas em atendimento educacional especializado**
Professora Marta Elaine de Oliveira
(Centro de Atendimento Educacional Especializado CAEE da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG e Faculdade Metodista Granbery)
- 2) SEMINÁRIO 2: **Gênero e sexualidade: discussões a partir da sala de aula**
Professor Alexandre Jonevain Júnior
(Escola Estadual Presidente Costa e Silva – Juiz de Fora/MG)
- 3) SEMINÁRIO 3: **Um olhar decolonial para a sala de aula de matemática**
Professor Reginaldo Ramos Britto

(Escola Estadual Prof. Cândido Motta Filho e Escola Municipal Gabriel Gonçalves da Silva - Juiz de Fora/MG)

4) **SEMINÁRIO 4: Um ensaio sobre educação algébrica na educação básica**

Professor Vitor Rezende Almeida

(Colégio Tiradentes da Polícia Militar e Escola Municipal Dante Jaime Brochado - Juiz de Fora/MG)

5) **SEMINÁRIO : Educação matemática e Educação do campo**

Professor Ronald Henrique Loyola Silva

(Escola Municipal Rossana Ferreira Murta - Coronel Murta / MG)

OBJETIVOS

Refletir sobre as relações étnico raciais no Brasil com vistas a uma educação para o reconhecimento e o respeito à diversidade; conhecer a história e cultura afro brasileira, africana e indígena e refletir sobre o seu ensino; Conhecer as atuais políticas de Educação Ambiental e refletir sobre o papel da educação na construção de uma consciência planetária; Refletir sobre a noção de deficiência e os significados da inclusão social dos portadores de deficiência; conhecer as características e os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; refletir sobre possibilidades de aplicação de conhecimentos de outros campos ao campo da Educação; refletir sobre os valores estéticos, políticos e éticos expressos na LDB; conhecer os fundamentos das tendências pedagógicas e seus reflexos na Educação Matemática; refletir sobre a formação e o exercício profissional do Educador Matemático.

METODOLOGIA

As aulas da u.c. Seminários de Prática Pedagógica acontecerão a partir de leituras, debates, e rodas de conversa com professores e professoras da educação básica que estejam envolvidos com questões concernentes à ementa acima indicada.

Quinzenalmente, faremos a leitura de um texto-base produzido ou indicado pelo/pela professor/professora da educação básica como referência para a roda de conversa, que acontecerá na semana posterior.

Das 36ha previstas para a u.c., teremos:

- Aulas síncronas (24ha, dentro dos horários previstos para esta unidade curricular pela COMAT)

Essas aulas acontecerão em doze encontros semanais, de 2ha, utilizando-se o Google Meet. Um link para as aulas será gerado e enviado aos alunos, por e-mail, de acordo com endereços eletrônicos disponíveis no Portal Didático da UFSJ, no início do semestre letivo.

Durante as aulas serão discutidos e explorados os principais aspectos de trabalhos indicados pelos professores e pelas professoras da educação básica convidados. O registro analítico desses materiais será solicitado aos discentes com antecedência mínima de uma semana e deverá ser encaminhado por cada um deles à docente via Portal Didático. Do mesmo modo, deverão ser elaboradas e compartilhadas, a partir das leituras realizadas, via Portal Didático da UFSJ, perguntas que serão exploradas pela turma e,

posteriormente, reelaboradas, adaptadas ou até mesmo mantidas para encaminhamento ao/à professor/professora que fará a roda de conversa na semana seguinte.

- Atividades assíncronas (12ha)

As atividades assíncronas serão realizadas pelos alunos, de acordo com os horários que lhes forem mais convenientes e, caso seja solicitada produção referente a alguma atividade específica, ela será agendada com, pelo menos, uma semana de antecedência e deverá ser encaminhada pelo aluno à docente via Portal Didático. Tais atividades serão alocadas no lançamento do diário eletrônico em datas e horários distintos dos previstos para as aulas síncronas, divulgados junto aos estudantes no início do semestre letivo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas ao longo do semestre. O total de 10 (dez) pontos será distribuído como segue:

- a. Perguntas direcionadas aos/às professores/professoras convidados(as), feitas a partir dos texto-base por eles indicados: até 2 pontos
- b. Escrita de resumos analíticos dos textos lidos: até 2,7 pontos
- c. Escrita de relatórios das rodas de conversa: até 2,7 pontos
- d. Escrita e apresentação de um ensaio produzido a partir de alguma das temáticas apresentadas: até 2,6 pontos (2 pontos do ensaio + 0,6 ponto da apresentação)

A nota final do aluno será calculada pelo somatório das notas obtidas nas atividades acima discriminadas. Para obter aprovação, é necessário que o aluno consiga nota final maior ou igual a 6 pontos e frequência igual ou superior a 75% das aulas.

Caso a nota final seja inferior a 6 pontos, haverá uma prova substitutiva dissertativa versando sobre todo o conteúdo programático da unidade curricular.

A frequência das aulas semanais (contando as síncronas e assíncronas previamente agendadas) será computada pela entrega dos trabalhos previstos nos itens anteriores, via Portal didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>

[2] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

[3] HERNANDEZ, Leila Leite. A África em sala de aula: visita a História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

[4] LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira de diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2005.

[5] CUNHA, Manuela Carneiro (org.). A história dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- [6] JACOBI, Pedro (org.). Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade. São Paulo: Annablume, 2000.
- [7] BENJAMIM, César (org.). Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- [8] BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- [9] MANRIQUE, A. L. Desafios da Educação Matemática Inclusiva. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- [10] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.
- [11] BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>
- [12] FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direito à educação das pessoas com deficiência. In. Revista CEJ/conselho da justiça federal, centro de estudos judiciários. Brasília: CEJ, v. 8 n. 26, p. 27-35, jul./set. 2004, pg. 33. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/621/801>>.
- [13] MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Pedagogia da diferença: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- [2] PAULI, Alcione, CAGNETI, Sueli de Souza. Trilhas literárias indígenas para a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- [3] BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Cláudia Pereira; MEINERZ, Carla Beatriz. "Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul". Revista Periferia, v.7 n.1 jan-jun 2015. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/21966/15945>
- [4] GUATTARI, Félix. As três ecologias. São Paulo: Papyrus, 1993.
- [5] BRASIL. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do sistema único de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- [6] BRASIL. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>>.
- [7] MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto alegre: Artmed, 2003.
- [8] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos: Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.
- [9] SÃO PAULO. Universidade de São Paulo. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? 2005. Disponível em: <http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.pdf>.

Assinatura do professor

Data ____/____/____

Assinatura do Coordenador

Data ____/____/____